

O Presidente com a palavra

O PRESIDENTE da República deverá falar esta semana à Nação. Vai fazê-lo no exercício de uma prerrogativa presidencial de legitimidade indiscutível e de uso mais que oportuno na atual fase de nossa vida política, no findar-se de uma sessão legislativa ordinária e antes de empossar-se o novo Congresso Constituinte, eleito a 15 de novembro.

NESSE PERÍODO de certa vacuidade, fortemente accentuada pela distância institucional entre o Congresso que se encerra e o que se instalará a 1 de fevereiro, permanece, quase solitária, a voz do Presidente José Sarney, para um diálogo válido e eficaz entre a sociedade e o Estado: o povo brasileiro se volta para ele como para o traço de união entre passado e presente, entre nossa IV República — a tumultuada República da Constituição de 1967 — e o regime que vai surgir do Congresso Constituinte de 1987.

POR ISTO, o povo quer ouvir o Presidente; e ninguém menos que o Presidente. Como Chefe do Governo, certamente. Mas não menos como Chefe do Estado brasileiro: porque as mudanças que se operaram no País, a partir de março de 1985, foram tão profundas, gerando um Brasil tão outro em sua ordem econômica, política e social, que a missão do Presidente Sarney extravasa de muito o papel de um Chefe de Governo. O interlocutor dessa sociedade brasileira amadurecida, embora ainda atônita com sua própria transformação, precisa ser o Chefe do Estado.

ENTRE AS mudanças figura, com destaque, o Plano Cruzado e o desdobramento socio-político de sua primeira fase.

GRACAS NÃO unicamente ao seu conteúdo mas também à forma exemplar com que aquela fase foi apresentada e explicada, estabeleceu-se, no País, desde março, um vínculo novo, e em mão dupla, entre o Estado e a Nação; entre a Presidência da República e a sociedade: de um lado, a autoridade do Estado embasada no que sempre deve constituir-la, isto é, a confiança do povo; e, de outro, o povo avançando em consciência de cidadania, isto é, de participação e responsabilidade. Sem personalismos, portanto; e, em contrapartida, sem populismos.

A PREMÊNCIA em se adotar as medidas que constituem o Cruzado II fez esquecer o tratamento até então dispensado à sociedade pelo Governo. O Cruzado II não soube realimentar-se com as expectativas criadas pelo Cruzado I; e a seu lançamento não se deu a tônica de interesse maior do Estado e, consequentemente, da própria sociedade brasileira. Resultado, a sociedade comportou-se como surpreendida pela ação do Governo; e dai para sentir-se traída, o caminho é curto.

POR FALTA dessa atenção para com uma sociedade recém-acostumada — e saudavelmente — à atenção, por falta dessa circunspeção indispensável às relações entre Estado e Nação, o povo brasileiro ainda não compreendeu o Cruzado II; e não é mais capaz de aceitar o que não comprehende, porque deseja bem morto o autoritarismo. O povo brasileiro ainda não percebeu a continuidade entre uma fase e outra do Plano de Estabilização Econômica; ao contrário, vê uma em contradição com a outra; a segunda fase a anular as conquistas da primeira.

É HORA de o Presidente Sarney reavivar as funções de Chefe do Estado que tão bem impressionaram a coletividade nacional em março. É hora de reparar os arranhões à solidariedade entre o Estado e a Nação. Explicando-se de maneira direta, simples, acessível, o Presidente firmará, de maneira insofismável, a política econômico-financeira que só trouxe a imagem de um Governo e sua equipe porque se afinou com os anseios mais angustiados da sociedade; porque se tornou política do País.

ESSES anseios ressurgiram, de maneira mais aguda: o povo se pergunta se o Cruzado II não é a morte do Cruzado I; se as medidas de novembro não são o anticruzado; se o congelamento dos preços não acabou em definitivo, e, com ele, o poder de compra dos salários. Porque muito pouco se explicou o Cruzado II, muito pouco também, ou menos ainda, deveria o povo entender, ficando-lhe apenas a suspeita de que ele foi o anticlímax da euforia, a penalização cruel da confiança e do otimismo.

COM A palavra, pois, o Presidente José Sarney. Chefe do Governo que elaborou o Plano Cruzado. Mas sobretudo Chefe do novo Estado democrático brasileiro; em que, como no comum dos Estados verdadeiramente democráticos, as leis tomam a cautela de adequar-se à opinião pública. Cautela mais delicada ainda, quando a urgência das medidas exige o recurso dos decretos-leis.

A PALAVRA do Presidente deverá dizer ao povo que nada lhe foi tirado. Que nada terá a perder, do que lhe foi já garantido. E como estão a abrir-se caminhos, para que ele seja mais, tendo mais.